

## 5

### Análise dos indicadores educacionais do Brasil

*“A fome de instrução não é menos deprimente que a fome de alimentos. Um analfabeto é um espírito subalimentado. Saber ler e escrever, adquirir uma formação profissional, é ganhar confiança em si mesmo e descobrir que pode avançar com os outros. A alfabetização é para o homem fator principal de integração social e de enriquecimento da pessoa e, para a sociedade, instrumento privilegiado de progresso econômico e de desenvolvimento.”*

*Populorum progressio*

Em 1990 foi realizada em Jomtiem, Tailândia, uma Conferência Mundial de Educação: 155 governos prometeram implementar nos seus respectivos Estados uma educação para todos até o ano 2000. Com o não cumprimento da promessa, em 1999 foi lançada por ONGs, sindicatos e agências de desenvolvimento a campanha mundial pela educação com o intuito de cobrar o compromisso firmado pelos governos. Em 2000, no Fórum Mundial de Dacar, os governos adiaram em 15 anos o compromisso anteriormente firmado na Tailândia e definiram estratégias e metas a serem alcançadas.

O Programa Educação para Todos baseia-se fundamentalmente na premissa que a educação, além de ser um direito universal, é a chave do desenvolvimento humano e é, portanto, a sua oferta de responsabilidade do Estado. O Brasil está envolvido nesse projeto e, atualmente, há o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação que é a união dos esforços do governo em todos os níveis, da colaboração das famílias e da sociedade em proveito da melhoria da qualidade do ensino. Há, portanto, necessidade de se ter indicadores cada vez mais detalhados e específicos para medir o avanço, ou não, da implementação e efeitos das políticas educacionais.

As pesquisas brasileiras abrangem dados referentes a taxas de matrícula, ingresso, escolarização, frequência, repetência, sobrevivência/aprovação, qualificação de professores, financiamento de ensino, comparação de dados entre diferentes faixas de renda, número de alunos por docente, relação entre trabalho e frequência, dentre vários outros critérios.

É fundamental a adoção desses indicadores, uma vez que fornece subsídios reais à sociedade e ao governo para o planejamento de um sistema educacional que verdadeiramente atenda às demandas da população. Com isso, torna-se possível conhecer de forma mais exata a realidade brasileira e assim viabilizar meios que assegurem efetivamente o respeito à dignidade dos cidadãos brasileiros.

No que diz respeito às crianças e adolescentes, realizar pesquisas auxilia na implementação de uma política educacional adequada e eficiente pois os dados estatísticos brasileiros demonstram o quanto é frágil a situação social da grande maioria. A liberdade, a dignidade e a vida dos pequenos brasileiros não estão apenas sob responsabilidade de suas famílias, mas principalmente nas mãos do Estado.

De acordo com os indicadores sociais de 2007, fornecidos pelo PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 48,9% das famílias brasileiras possuem um componente com idade até 14 anos sendo que 40,4% dos indivíduos com menos de 14 anos e 45,4% das crianças de até 6 anos de idade pertencem a famílias cujo rendimento *per capita* é de até meio salário mínimo. Nas famílias com o rendimento superior a cinco salários mínimos este percentual cai para 2,2%.

Existem, portanto, pequenos brasileiros que dependem de políticas públicas de ensino, pois suas famílias não possuem meios de financiar, elas próprias, uma educação adequada. O PNAD constatou que no ensino médio, do primeiro ao quarto quinto mais pobre na população, a utilização da rede pública de ensino é superior e apenas na quinta parte mais rica a rede particular se sobressai.

**TABELA 1**  
**ESTUDANTES DA REDE PÚBLICA E REDE PARTICULAR DE ENSINO, RELATIVOS AO ENSINO MÉDIO, POR DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL E DIVIDIDOS POR QUINTOS DE RENDIMENTO MENSAL**

	Rede Pública					Rede Particular				
	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º	4º	5º
Brasil	18,3	25,5	25,8	20,7	9,7	2,1	6,2	11,1	20,3	60,2
Norte	13,2	20,1	26,1	23,6	17,0	1,6	6,5	11,7	14,3	65,9
Nordeste	14,2	21,4	27,0	24,7	12,7	1,6	3,7	9,9	22,1	62,6
Sudeste	22,8	27,5	23,2	19,4	7,1	2,5	7,0	10,3	22,0	58,2
Sul	17,6	26,7	24,8	20,6	10,2	1,4	6,1	8,7	26,2	57,6
Centro-Oeste	17,1	23,7	24,6	23,7	10,8	2,8	4,1	7,6	18,8	66,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2006. (adaptado)

Desta forma, a importância de se incrementar o ensino público torna-se premente, uma vez que a maior parte das crianças e jovens utiliza a rede pública e qualquer falha, seja de acesso ou de qualidade, compromete o desenvolvimento desta camada da sociedade.

O projeto educacional brasileiro possui basicamente duas frentes: garantir de forma efetiva o acesso de todos à escola e implementar um ensino de qualidade que prepare a criança e o jovem não apenas para ler e escrever, mas que supra todas as necessidades para o convívio em sociedade de forma livre e independente. O primeiro passo a ser perseguido é a erradicação do analfabetismo. O Brasil, de acordo com o PNAD, conta hoje com 10,4% da população nesta situação, sendo que se analisarmos apenas a camada com idade superior a 15 anos e a dividirmos em faixas de rendimento teremos que 17,9% da população com rendimento de até meio salário mínimo é analfabeta e apenas 1,3% para aqueles com ganho superior a dois salários. São dados alarmantes, pois se comparados a outros países da América Latina o Brasil encontra-se em melhor situação apenas em relação à Bolívia, uma vez que os demais apresentam taxas de analfabetismo bem menores que as nossas. Além disso, o Brasil figura em uma lista da UNESCO – com base no período de 2000 a 2004 - de países cujo número absoluto de analfabetos é superior a 10 milhões. Juntamente com o Brasil está Egito, Marrocos, China, Indonésia, Bangladesh, Índia, Irã, Paquistão, Etiópia e Nigéria.

Contudo, uma cifra mais preocupante é a do analfabetismo funcional que está em 22,2% da sociedade brasileira. Este tipo de analfabetismo corresponde à falta de domínio de habilidades em leitura, escrita, cálculos e ciências levando em consideração uma escolaridade de até três séries completas do ensino fundamental o que prejudica o desenvolvimento pessoal e profissional do cidadão. O aumento do acesso às escolas leva, além de uma redução do número de analfabetos absolutos, a um crescimento nominal da taxa de escolaridade da população. Entretanto, o acesso e a frequência, na maioria das vezes, não são suficientes para garantir a aquisição das habilidades necessárias para a vida em sociedade.

A taxa de analfabetismo funcional desempenha, portanto, um papel fundamental na análise da realidade brasileira, pois demonstra que garantir apenas o acesso ao ensino não é suficiente para formar cidadãos conscientes de seu papel. Retrata, portanto, não apenas a falta de qualidade do ensino, mas também a

necessidade de se adequar, cada vez mais, educação e necessidades/interesses da sociedade.

Outro dado que deve ser levado em conta em relação ao analfabetismo é a disparidade dos índices entre as regiões brasileiras. Enquanto na Região Sul 5,7% da população é analfabeta, 20,8% da Região Nordeste vive nessa condição. Da mesma forma acontece com o analfabetismo funcional que chega a 34,4% no Nordeste, enquanto que nas Regiões Sul e Sudeste os percentuais variam de 5,7 a 6,0% respectivamente.

Há, portanto, não apenas uma maior concentração percentual de analfabetos nas regiões Norte e Nordeste, mas também a maior diferença entre as taxas de analfabetismo e analfabetismo funcional. Esse dado deixa clara a desigualdade educacional entre as regiões brasileiras o que se torna preocupante, uma vez que pode se refletir na capacitação profissional da população.

O acesso ao sistema de ensino é analisado através das taxas de frequência escolar bruta e líquida. A primeira, de acordo com o IBGE, representa a proporção de pessoas em determinada faixa etária que frequentam estabelecimento de ensino. A frequência líquida considera a adequação série/idade no sistema educacional. É a verificação, portanto, se as pessoas de determinado grupo etário estão frequentando a série de ensino recomendada à sua idade. Esses índices são importantes também para a constatação do fluxo escolar e da qualidade de ensino.

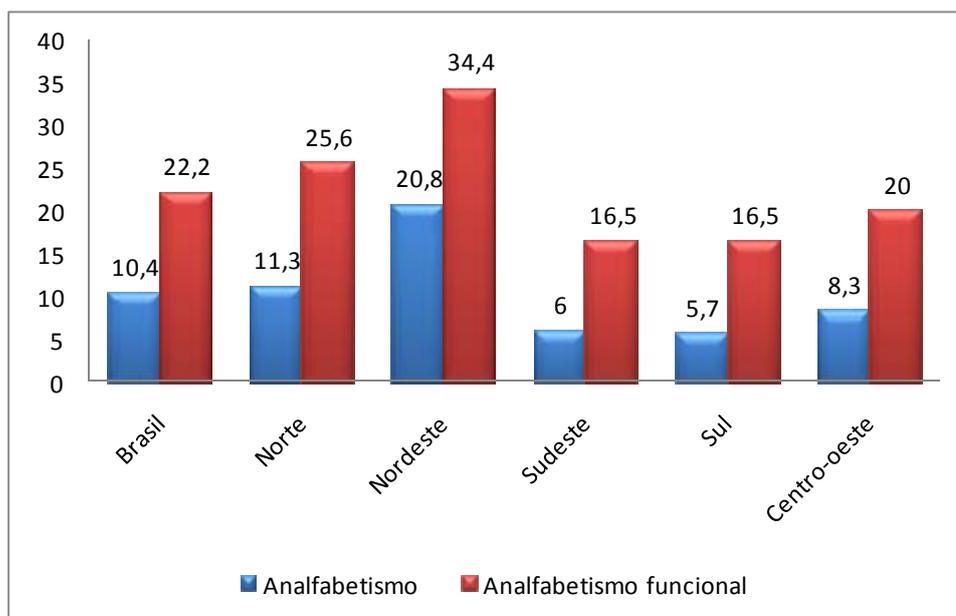


Figura 1 - Taxa de analfabetismo e taxa de analfabetismo funcional das pessoas de 15 anos ou mais de idade, segundo as Grandes Regiões, em porcentagem  
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2006. (adaptado)

As pesquisas de freqüência bruta direcionadas às crianças de 0 a 6 anos de idade apresentam dados totais e parciais de 0 a 3 e 4 a 6 anos. Referente à faixa de 0 a 6 anos, o Brasil apresenta um índice de 43%, enquanto a região Norte possui apenas 32,5% e a região Sudeste chega a 43,3%. Se utilizarmos os dados parciais, a disparidade entre as regiões fica mais nítida, pois na faixa de 0 a 3 anos, enquanto o Brasil apresenta um índice de 15,5%, o Norte possui 8% e o Sudeste 19,2%. Na faixa de 4 a 6 anos, o Brasil apresenta a freqüência de 76%, enquanto a região Norte 64,2% e o Sudeste chega a 80,9%.

Para as crianças de 7 a 14 anos de idade, a taxa de freqüência escolar bruta não apresenta índices díspares entre regiões, tipos de domicílio (urbana ou rural), sexo ou raça dos estudantes. O resultado gira em torno dos 95 a 98% sem variações significativas. A explicação para a disparidade na faixa de 0 a 6 anos e a homogeneidade na faixa subsequente pode ser vista pela obrigatoriedade legal da oferta do ensino fundamental na rede pública enquanto a oferta de creche/maternal não é feita de forma satisfatória.

O fator determinante para a freqüência no ensino infantil é o rendimento familiar, pois se comparada as taxas referentes à camada cujo ganho é de até meio salário com aquela que percebe mais de três salários *per capita*, esta apresentará uma freqüência quatro vezes maior a creches e pré-escolas.

**TABELA 2**  
**TAXA PERCENTUAL DE FREQUÊNCIA À CRECHE OU ESCOLA DE CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS, POR GRUPOS DE IDADE E CLASSES DE RENDIMENTO MÉDIO MENSAL FAMILIAR *PER CAPITA***

	0 a 3 anos		4 a 6 anos	
	Até ½ s.m.	Mais de 3 s.m.	Até ½ s.m.	Mais de 3 s.m.
Brasil	9,9	40,7	68,1	95,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2006. (adaptado)

Esse nível escolar necessita, portanto, ter ampliado seu acesso via políticas públicas, uma vez que quanto antes estimular uma criança, mais cedo ela irá adquirir habilidades de raciocínio; com isso as chances de se desenvolver suas potencialidades será aumentada. É nesta fase que as crianças são preparadas para a alfabetização e aprendizados futuros o que influencia diretamente em todo o

processo de formação do indivíduo gerando conseqüências, até mesmo, na permanência no estabelecimento escolar.

A faixa correspondente aos adolescentes de 15 a 17 anos apresentou dados um pouco menores se comparados com a faixa de 7 a 14 anos. O Brasil possui um índice de 82,2%, enquanto a região Norte 79,1% e o Sudeste 85,2%. As faixas seguintes que retratam a população de 18 a 24 anos e 25 anos ou mais possuem níveis cada vez mais decrescentes que variam em 30% e 5% respectivamente.

A taxa de freqüência líquida para os adolescentes de 7 a 14 anos permanece na casa dos 90%: não apresenta diferença expressiva com a taxa bruta. Contudo, para a faixa de 15 a 17 anos há uma redução nos índices. De acordo com o IBGE, no Norte e Nordeste a taxa cai para em torno de 30% sendo que o número de adolescentes praticamente dobrou nas áreas urbanas e triplicou nas rurais. No Sul e Sudeste a freqüência líquida gira em torno de 54,9 a 57,9%.

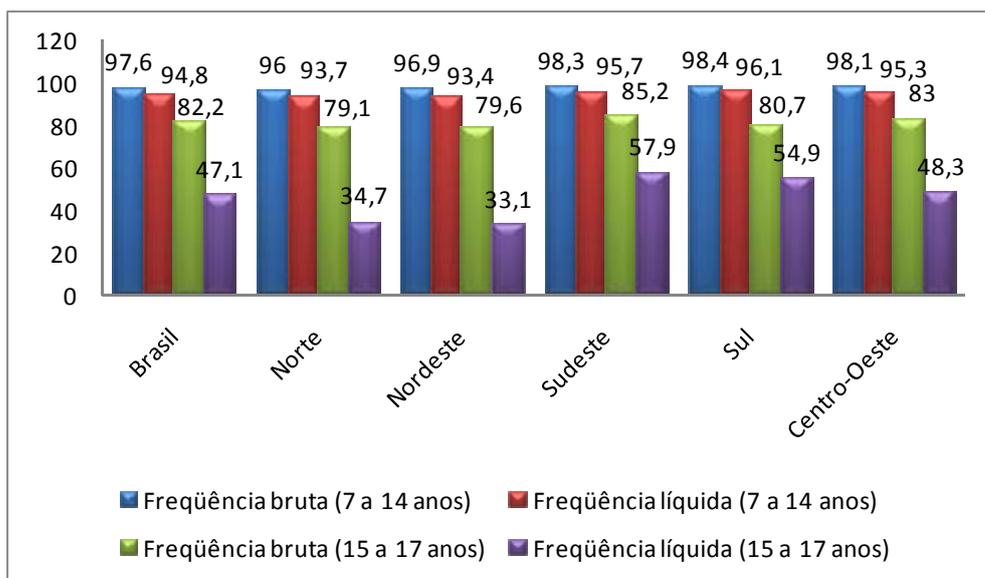


Figura 2 - Taxa de freqüência escolar líquida e bruta, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões, em porcentagem

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2006. (adaptado)

Outro dado importante que não pode ser esquecido é a influência do rendimento familiar na freqüência do alunado de 15 a 17 anos. Aqui, novamente há uma disparidade entre os quintos mais pobres e mais ricos da população. No primeiro, apenas 72,7% freqüentavam a escola enquanto este número chega a 93,6% na segunda hipótese.

São informações preocupantes, pois demonstram uma defasagem no sistema educacional. O dado da queda de frequência escolar na faixa de 15 a 17 anos torna-se sério, uma vez que em uma sociedade cujos postos de trabalho requerem formação especializada, o mínimo que se exige é uma escolaridade de ensino médio completo. Para os jovens que não conseguirem formação adequada, será cada vez mais difícil atender as exigências do mercado de trabalho, conseqüentemente será mais difícil satisfazer suas necessidades pessoais e viver com dignidade.

A diferença entre as taxas bruta e líquida já sinalizam um problema de fluxo escolar e juntamente com o percentual de estudantes que ultrapassam até 2 anos a idade recomendada a determinado nível de escolaridade deixa claro não apenas a defasagem escolar existente em nosso país, como também o problema da qualidade de ensino. O poder público certamente aumentou o acesso à educação, mas de forma dissociada do ensino de qualidade capaz de atender a todas as necessidades do alunado. De acordo com as pesquisas realizadas pelo IBGE, o Brasil apresenta um elevado percentual de alunos no ensino fundamental com idade superior a indicada para o nível escolar freqüentado. Estes números, como os demais, possuem variações regionais, sendo que Norte e Nordeste apresentam as taxas mais preocupantes.

**TABELA 3**  
**PROPORÇÃO DOS ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL COM**  
**IDADE SUPERIOR À RECOMENDADA PARA CADA SÉRIE EM ATÉ 2**  
**ANOS, POR SÉRIE DE ENSINO FREQUENTADA, SEGUNDO AS**  
**GRANDES**

Grandes Regiões	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	5ª série	6ª série	7ª série	8ª série
Brasil	15,0	20,2	22,1	26,3	32,	31,8	27,5	33,8
Norte	22,4	30,8	33,0	39,9	41,5	40,6	36,7	43,0
Nordeste	21,5	31,1	33,6	40,3	45,8	47,2	41,2	49,2
Sudeste	8,7	11,3	12,6	15,8	21,2	20,0	19,6	24,2
Sul	9,2	10,5	13,1	12,4	18,8	21,8	17,2	22,6
Centro - oeste	11,4	13,2	16,2	21,6	28,9	31,6	27,6	29,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2006. (Adaptado)

A proporção dos alunos com idade superior recomendada à série recomendada, em comparação com os do ano de 1995, demonstra uma queda, o

que indicaria um aumento da qualidade de ensino prestado. Entretanto, o que se vê é a adoção, em alguns Estados, da chamada Escola Plural, onde na prática e na má interpretação do artigo 13 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o aluno passa para a série seguinte sem ter assimilado o conteúdo necessário e obrigatório do nível em que estava. Desta forma, ele não aparece nas pesquisas referentes a idade/nível escolar, mas continua em defasagem, uma vez que não está efetivamente capacitado a cursar a série seguinte.

Outros índices que auxiliam a avaliação da qualidade de ensino são a taxa média esperada e o tempo médio esperado para a conclusão da 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental. De acordo com os dados brasileiros, 87,6% dos alunos concluem a 4ª série e 53,8% a 8ª série, sendo que o tempo previsto para a conclusão é de 5 e 10 anos respectivamente. No Nordeste os dados são piores, uma vez que 79,4% concluem a 4ª série e apenas 38,7% a 8ª série. A região Sudeste apresenta dados mais confortáveis pois cerca de 94,5% do alunado conclui a 4ª série e 66,5% a 8ª série. Com relação ao tempo gasto, enquanto no Nordeste gasta-se um ano a mais, no Sudeste é necessário um ano a menos.

Observa-se que um número considerável de crianças e adolescentes não permanecem nas escolas tempo suficiente para concluir o ensino fundamental, mais uma vez os piores dados são das regiões mais pobres. Este fato, se não trabalhado devidamente, pode ocasionar futura permanência desta realidade, pois de acordo com o IBGE, a educação dos pais é fator decisivo na educação dos filhos.

A qualidade do ensino é intrinsecamente ligada à desigualdade educacional. Um estudo elaborado pela Universidade Federal de Minas Gerais demonstrou que a desigualdade na educação é superior à da renda no Brasil. Enquanto esta gira em torno de 0,545 (o grau máximo de desigualdade é igual a 1) aquela está na casa de 0,635. Esse dado é alarmante, pois na maioria das vezes o que se discute a respeito da educação é sobre o seu acesso, a qualidade fica relegada a segundo plano. O que a pesquisa demonstra é a incapacidade de se garantir níveis básicos de aprendizado para todos os que de certa forma vêm corroborar avaliações feitas pelo Ministério da Educação em que 60% dos alunos brasileiros saem da 4ª série com desempenho avaliado como muito crítico ou crítico em operações matemáticas, o mesmo acontece com o Português para o alunado da 8ª série.

Nesse sentido, o site De Olho na Educação apresenta pesquisas realizadas pelo Inep, IBGE, PNUD e Unicef e seus dados confirmam a avaliação do MEC. Em Português, 4ª e 8ª séries, bem como no 3º ano do ensino médio menos de 30% dos alunos possuem conteúdo adequado sendo o mesmo nível repetido para Matemática.

TABELA 4  
PROPORÇÃO DOS ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL E DO ENSINO MÉDIO COM CONTEÚDO ADEQUADO PARA O RESPECTIVO NÍVEL E ENSINO

4ª série		8ª série		3º ano	
Português	Matemática	Português	Matemática	Português	Matemática
29,1	20,4	19,4	13,0	22,2	12,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2005. (Adaptado)

Uma pesquisa que não pode ser deixada de lado é o Sistema Nacional de Avaliação Básica – SAEB – que avalia a cada dois anos os alunos da 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental, bem como do 3º ano do Ensino Médio. Em 2007 o INEP publicou um comparativo sobre o resultado das médias de desempenho dos alunos em português e matemática, conforme se segue:

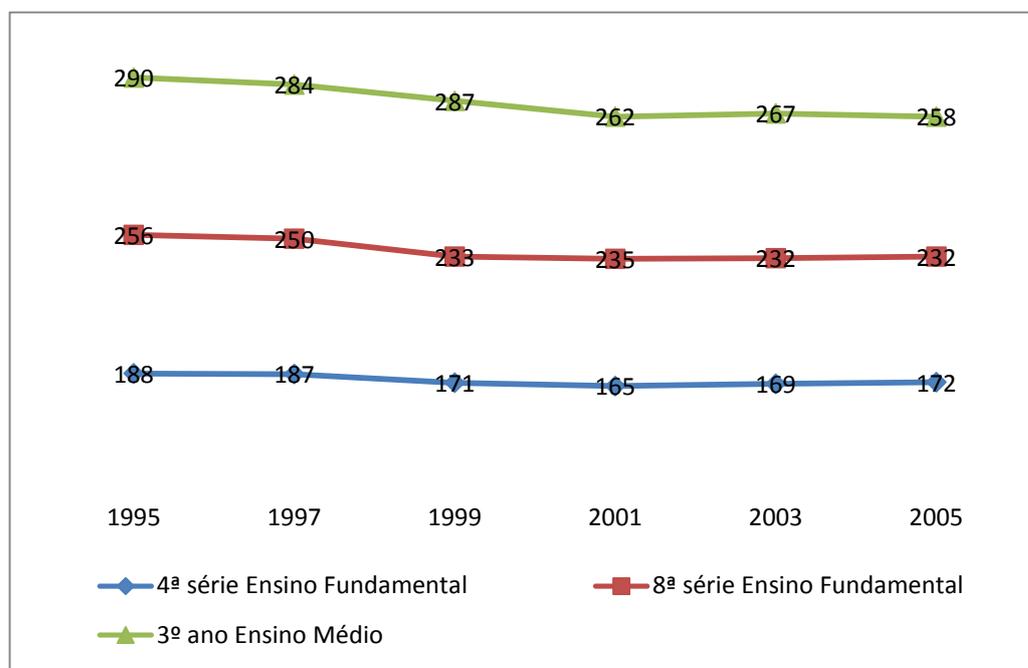


Figura 3 - Médias de proficiência em Língua Portuguesa – Brasil 1995 - 2005  
Fonte: Inep – SAEB, 2005.

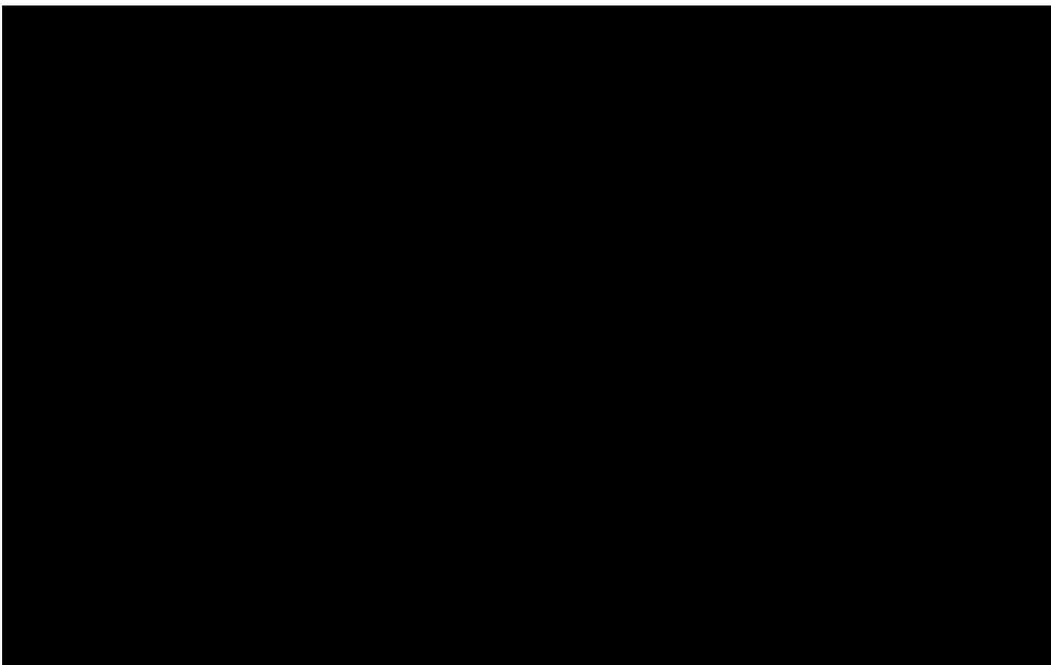


Figura 4 - Médias de proficiência em Matemática – Brasil 1995-2005  
Fonte: Inep – SAEB, 2005.

Os dados demonstram que de uma forma geral as médias vêm caindo tanto em Português quanto em Matemática. Mais uma vez levanta-se a questão da qualidade do ensino que tanto engloba a falta de preparo da maioria dos professores, quanto a precariedade de grande parte das escolas públicas. Há um desencontro entre necessidade e gasto público, pois quando há verbas para incremento tecnológico muitas vezes o necessário era a reforma do prédio ou cursos de capacitação. A preocupação com o ensino torna-se válida por diversos motivos. Pode ser levantada a questão do crescimento humano, da dignidade, da liberdade do indivíduo, entre outras. Algumas pesquisas, de forma direta ou indireta, demonstram a necessidade de se investir na educação.

De acordo com os dados do PNAD, a escolaridade é diretamente proporcional à taxa de atividade, uma vez que esta era 51,1% para aqueles que não possuem instrução ou tem apenas 1 ano de estudo e 81% para aqueles com 11 ou mais anos de estudo. Sabe-se ainda, que mães educadas dão mais condições de saúde aos seus filhos e de uma forma geral, pessoas educadas têm mais consciência da necessidade de seguir hábitos adequados de higiene e nutrição. A educação proporciona, portanto, uma redução nos gastos de saúde pública. Outro dado importante refere-se à gravidez na adolescência. Constatou-se que quanto maior os anos de estudo, menor é a ocorrência de uma gravidez precoce. Dessa

forma, vê-se que quanto maior o nível de ensino maior, será o nível de vida e o acesso da população a bens materiais, saúde, lazer e ao próprio crescimento cultural. Esse é outro dado levantado pela pesquisa, uma vez que é a quinta parte mais rica da população que possui acesso efetivo ao ensino superior. Não se pode deixar de perceber que aqueles que dependem da atuação efetiva do Estado estão em desvantagem em relação àqueles cuja família dispõe de meios para custear o ensino: realidade inquietante que questiona se na prática todos possuem as mesmas condições de realização pessoal e profissional.

Outra pesquisa que não pode deixar de ser mencionada é a realizada pela OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – através do Programa Internacional de Avaliação de Estudante – PISA – que nos países-membros, dentre eles o Brasil, examina a capacidade dos jovens de, através de seus conhecimentos e habilidades, enfrentar os desafios da sociedade atual. É, portanto, um importante instrumento de comparação internacional entre o nível dos estudantes do ensino médio. Essa pesquisa é realizada trienalmente: em 2006 ocorreu nova avaliação do PISA com a participação de 57 países. No quesito ciências, o Brasil está na frente apenas da Colômbia, Tunísia, Azerbaijão, Catar e Quirguistão. Em matemática, apesar de ter ganhado posições em relação à pesquisa realizada em 2003, está na frente apenas da Tunísia, Catar e Quirguistão; e em linguagem, com relação aos países da América Latina, está em melhor posição apenas que Colômbia e Argentina.

TABELA 5  
DESEMPENHO BRASILEIRO NO PISA 2000/2003/2006

Brasil	2000 ( 43 participantes)		2003 (41 participantes)		2006 ( 57 participantes)	
	Posição	Nota	Posição	Nota	Posição	Nota
Matemática	42º	333,89	41º	356,02	54º	369,52
Linguagem	39º	396,03	38º	402,80	49º	392,89
Ciências	42º	345,17	40º	389,62	52º	390,33

Fonte: INEP – Tabela comparativa do PISA (adaptado)

São números preocupantes, pois deixam clara a deficiência do ensino brasileiro. Se de um lado pode-se dizer que, no mínimo, não está havendo respeito à dignidade das crianças e adolescentes por outro se pode pensar em investimento

econômico. Pesquisas já demonstram que grandes empresas internacionais se servem destes dados para escolher países onde instalarão suas filiais.

Outro estudo divulgado pelo OCDE refere-se ao gasto com a educação. Enquanto o Brasil apresenta a menor média de investimento por estudante, cerca de US\$1.303 , o Chile dispende US\$ 2.864. O percentual do PIB destinado à educação, segundo a OCDE, é um importante dado a ser analisado, pois demonstra o caráter prioritário, ou não, que o país confere à educação em relação aos demais gastos em seu orçamento. No Brasil, cerca de 4% do PIB é destinado à educação, o que o deixa na frente apenas da Grécia (3,4%) e Rússia (3,6%). O Chile reserva em torno de 6,5%, enquanto em outros países os gastos correspondem a até 8,2%.

O resultado do investimento brasileiro reflete-se em uma outra pesquisa, o Ideb – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - , indicador criado para orientar a destinação de verbas da educação. De acordo com os dados divulgados em 2007, cerca de 94,5% dos municípios conseguiram um Ideb inferior a 5 para a primeira etapa do ensino fundamental (1ª a 4ª séries) e 99,4% repetiram essa atuação para a segunda etapa do ensino fundamental (5ª a 8ª séries). Nenhuma capital conseguiu uma marca superior a 5. Ressalta-se que o índice é de até 10 pontos. O desempenho geral do Brasil ficou em 3,8 (1ª a 4ª), 3,5 (5ª a 8ª) e 3,4 para o ensino médio. Marcas que estão longe da média dos demais membros da OCDE que giram em torno de 6.

A educação no Brasil apresenta números inquietantes, mas ao mesmo tempo nota-se certa melhoria em relação aos anos anteriores. Os indicadores selecionados demonstram a importância de se adotar políticas públicas eficientes que não visem apenas ao acesso à educação, mas também direcionadas à busca de excelência na qualidade de ensino. As crianças e adolescentes necessitam, e têm direito, a uma educação adequada que fornece todas as bases para um desenvolvimento pleno que lhes garanta viver com dignidade.